



## Notas sobre atenção, tédio e imagens fotográficas<sup>1</sup>

Paulo CARVALHO<sup>2</sup>

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

### Resumo

Como o conceito de dispositivo em Agamben se articula com a conceituação de tédio explorado na produção anterior do filósofo italiano? Não é a onipresença dos aparelhos telefônicos, do turismo de massa e toda sorte de tecnologias da comunicação um sintoma da fuga impossível do tédio que empreendemos? Como poderíamos colocar essas questões segundo o conceito fundamental de “atenção” e como personagens marginais parecem ensinar a perceber os signos de um mundo povoado por fantasmas? Essas são algumas questões aqui apresentadas.

**Palavras-chave:** Fotografia; inapetência; Bartleby; dispositivo; tédio.

### 1. *Oikonomia e tédio*

Em seu célebre ensaio sobre o dispositivo, Giorgio Agamben confessa um desejo radical: destruir telefones celulares e aplicar punições severas àqueles que insistem no seu uso fora de qualquer convenção. Queixa-se em especial dos italianos, cujos “gestos e comportamentos” teriam sido “remodelados de cima abaixo” (AGAMBEN, 2009, p.42) pelos aparelhos. Vontade impossível de realizar-se, reconhece, e que tampouco constituiria uma “solução justa”.

Na esteira das reflexões de Foucault, Agamben argumenta que os dispositivos têm funções estratégicas, assim como se inscrevem em relações de poder e saber. É um conjunto linguístico e não-linguístico que inclui discursos, arquiteturas, instituições, leis, medidas de polícia etc. Dizer “dispositivo” é referir-se à rede que se estabelece entre esses elementos heterogêneos. Dispositivo é qualquer coisa, do celular à linguagem, que tenha capacidade de “capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos de seres viventes” (id., ib., p. 40). E chama-se sujeito o que resulta da relação “ser vivente”

---

<sup>1</sup> Exemplo: Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos interdisciplinares da Comunicação do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 2 a 4 de julho de 2015.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco



(substância) e dispositivo. Assim, ao crescimento do número de dispositivos, corresponderia o crescimento nos processos de subjetivação.

A pequena confissão de Agamben sobre o exagero no uso dos celulares introduz uma importante articulação de seu estudo, a saber, a relação entre: a) a *oikonomia* (“fratura que articula”, em todo dispositivo, ontologia e práxis, ser e ação, direito e governo, política e economia – e, segundo sua asserção crítica, a “pura atividade de governo que visa apenas a sua reprodução”); e b) as leituras heideggerianas da produção anterior ao projeto “Homo sacer”, especialmente àquelas reflexões ligadas aos “Conceitos fundamentais da metafísica”, obra em que Heidegger volta-se demoradamente à “tonalidade afetiva” do tédio. Perguntamos muitas vezes como o tédio, que aparecerá ao longo da obra de Agamben ligado à negatividade ensejada pela “comunidade que vem”, estaria agenciado a suas reflexões sobre o “reino e a glória”, sobre a *oikonomia*, sobre o dispositivo. Nessa pequena passagem da nota número sete de “O que é um dispositivo?” há um aceno para essa questão.

Segundo o filósofo italiano, os dispositivos não seriam “um acidente em que os homens caíram por acaso”, mas teriam “a sua raiz no mesmo processo de ‘hominização’ que tornou ‘humanos’ os animais que classificamos sob a rubrica de *homo sapiens*” (id., ib., p.43). Quer dizer, haveria uma cisão que separaria o vivente de si mesmo e da relação imediata com seu ambiente (assim como na *oikonomia* se encerra a separação entre a ontologia e a práxis). Dessa separação se produziria o tédio e a possibilidade de conhecer o ente enquanto ente, o Aberto. Mas acontece que será justamente a possibilidade do Aberto que torna possível seu povoar por instrumentos, objetos, *gadgets*, bugigangas e toda sorte de tecnologia que fazem “girar em vão os comportamentos animais que se separaram” do homem (id., ib., p. 44) e o permitiriam gozar do Aberto enquanto tal.

“Na raiz de todo dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo” (id.ib., p.44), argumenta Agamben. Podemos concluir que, ao mesmo tempo em que temos acesso ao tédio através suspensão da relação com os “desinibidores”, uma sorte de divertimentos agenciados aos dispositivos também nos capturaram, anulando as possibilidades que essa “tonalidade afetiva fundamental” apresenta para o ser-aí<sup>3</sup>. Em todo caso, há um

---

<sup>3</sup> Para Agamben, “o que aparece pela primeira vez como tal na desativação (no *Brachliegen*) da possibilidade é a origem da potência – e, com ela, do Dasein, isto é, do ente que existe na forma de poder-



movimento de separação, cisão, alienação. No dispositivo também se encerra a possibilidade de um sujeito preservado de qualquer definição, como veremos mais adiante, obrigado a um “poder de ser qualquer”. A captura é ainda mais preocupante quando na fase atual do capitalismo os dispositivos não trabalham para a subjetivação, senão para a dessubjetivação: “não dão lugar à recomposição de um novo sujeito, a não ser de forma larvar, e por assim dizer, espectral” (id., ib., p.48). Aquele que usa um celular não adquire uma nova subjetivação, lembra Agamben. E esse corpo inerte atravessado por processos de dessubjetivação (não mais identidades reais como o movimento operário, a burguesia etc.) é necessário ao eclipse da política e o triunfo da *oikonomia*.

## 2. Bartleby e o demoníaco

Para Gilles Deleuze, a literatura é um delírio que oscila entre dois polos: a doença e a saúde. Cairíamos na doença sempre que o escritor tentasse erigir “uma raça pretensamente pura e dominante”, dizia Deleuze (1997, p.14). De outra forma, tomaríamos o extremo da saúde (ainda que uma “frágil saúde irresistível...”), sempre quando se invocasse certa “raça bastarda oprimida” que não pararia de “agitar-se sob as denominações, de resistir a tudo o que esmaga e aprisiona” (id., ib., p.14). Portanto, o escritor seria aquele a quem caberia, no delírio, a “criação de uma saúde, ou essa invenção de um povo que falta”: eternamente menor, tomado num devir-revolucionário, e jamais chamado a dominar o mundo. Assim, Kafka na Europa central, e Melville na América, apresentariam a literatura como “a enunciação coletiva de um povo menor, ou de todos os povos menores, que só encontram expressão no escritor e através dele” (id., ib., p.14).

Todo o século XIX, escreve ainda Gilles Deleuze, foi atravessado pela procura de um homem. “Sem nome, regicida e parricida”, espécie de “Ulisses dos tempos modernos”, “Homem do futuro ou de um mundo novo”, ainda que esmagado e mecanizado pelas grandes cidades. Eu prefiro não. Eu não sou particular. Sou Ninguém. Seriam algumas das fórmulas negativas que esse homem do proletariado, ou da América, usaria para “cavar seus sulcos na literatura”. Acontece que muitos dos anjos que anunciariam o povo por vir se “comunicavam com o mundo” através de uma

---

ser. Mas essa potência ou possibilidade imaginária tem – exatamente por isso – a forma constitutiva de uma potência-do-não, de uma impotência, uma vez que pode somente a partir de um poder não, ou seja, de uma desativação das possibilidades fictícias singulares e específicas” (AGAMBEN, 2013a, p. 110).



mesma profissão. Tabelação, autenticação e cópia de documentos os mais diversos. Atividade repetitiva, esvaziada de sentido, e apesar de tudo, fundamental para a crescente racionalização da vida nessas metrópoles. Eram copistas. Sua única preocupação residia na precisão da cópia, motivo pelo qual para muitos deles, os altos e baixos de um dia de trabalho se encerravam no grande prazer de copiar uma letra mais querida por sua caligrafia.

Bartleby mostrou sua “fragilidade asseada, sua miséria apresentável, sua ruína insondável” tão logo apareceu “permanecendo parado, estático, à porta de um escritório” (MELVILLE, 2014, p. 24) de um advogado experiente estabelecido em Wall Street. Bartleby era um “homem de aspecto tão pacífico”, de natureza tão “angelical”, que pensou o advogado poderia influir sobre o instável humor dos demais funcionários do escritório. A tarefa era “aborrecida, tediosa e letárgica” - “verificar a precisão de sua cópia palavra por palavra”. O “cinza soturno” dos olhos do novo funcionário sugeriam calma. Mas logo se manifestaria a estranheza do seu comportamento. Nunca saía para almoçar. Nunca ia a lugar algum. Jamais o chefe o vira fora do escritório. Em seu canto permanecia em eterna vigília se alimentando apenas de biscoitos de gengibre. “Ora, o que é o gengibre? Uma coisa ardida, picante. E Bartleby era ardido e picante? De maneira alguma. O gengibre não tinha efeito sobre Bartleby. Ele provavelmente preferia que não tivesse”. Porque sabia o advogado - narrador desta novela - que a “elegante e cadavérica *indiferença*” de Bartleby estava marcada de forma indelével por essa estranha frase de fim abrupto: “Eu preferiria não”. E “nada irrita mais uma pessoa séria quanto a resistência passiva”, observaria ainda, diante da prestimosidade, da indiferença a quaisquer distrações, da industriabilidade inabalável, da quietude sem par, da constância sob quaisquer circunstâncias do comportamento de Bartleby, um sujeito que “jamais falava, apenas respondia”.

Em apresentação à novela de Melville, Jorge Luis Borges chama atenção para a sua influência sobre Kafka e para a proximidade com a obra mais célebre do escritor norte-americano, *Moby Dick*. “Há uma afinidade secreta e central entre as duas ficções. Na primeira, a monomania de Ahab transtorna e finalmente aniquila todos os homens do navio; na segunda, o niilismo cômico de Bartleby contagia seus companheiros” (BORGES in MELVILLE, 2007, p. 8). Mas, continua Borges, enquanto o romance sobre a baleia e o capitão obstinado está escrito num dialeto romântico do inglês, *Bartleby* usa “um idioma tranquilo e até jocosos, cuja aplicação parece preconizar um Franz Kafka” (id. ib., p. 9).

Se basta “que um único homem seja irracional para que os outros o sejam, e o mesmo aconteça com o universo”, Borges assinala que Kafka “projeta sobre Bartleby uma curiosa luz posterior”. Bartleby já definiria um gênero que Franz Kafka reinventaria e aprofundaria a partir de 1919: “o das fantasias do comportamento e do sentimento ou, como agora lamentavelmente se diz, psicológicas”, acrescenta o argentino. Para Borges, como para Deleuze, das grandes cidades, “fervilhantes”, com “vasta população”, com “publicidade errônea e clamorosa”, viria a figura já “tradicional” na América, de um grande homem secreto, revelado especialmente na escrita de Edgard Allan Poe e Melville.

Homens para quem a profissão seria a “única forma de existência do homem”. “Profissão absurda” que “revelaria o absurdo da profissão em geral”, se pudéssemos, assim, tomar de empréstimo as palavras de Günter Anders no célebre ensaio “Kafka: pró e contra”: Uma forma de obediência total e ambígua em que as atividades do sujeito “não eram outra coisa senão ‘funções’ e porque, sem o menor indício de consciência, não agiam mais no sentido estrito do termo, mas obedeciam”. Copista desejavam apenas ser “um zero a esquerda”, possuíam a ambição de ser desimportantes como “cinzas”. Mas nesse limiar horizonte também se insinuava um grande perigo.

Isso porque, como argumenta Giorgio Agamben (2013b), é “espantoso” que dois dos escritores que melhor apresentaram o terror do século passado, Kafka e Walser, mostrem um mundo no qual “o mal na suprema expressão tradicional – o demoníaco – desapareceu” (AGAMBEN, 2013b, p. 37). Seus personagens não poderiam figurar em um “catálogo demonológico”. Se há um elemento demoníaco na escritura de Kafka e Walser, observa Agamben, seria como poderia “ter em mente Espinoza, quando escrevia que o demônio é apenas a mais débil e mais afastada de Deus dentre todas as criaturas e, como tal – isto é, enquanto é essencialmente impotência -, não apenas não pode fazer nenhum mal, mas é, antes, aquela que mais precisa da nossa ajuda e das nossas preces”.

Em outras palavras, o demônio está em cada ser que é enquanto “possibilidade de não ser que silenciosamente implora o nosso socorro (ou, se quisermos, o demônio é apenas a impotência divina ou a potência de não ser em Deus)” (id., ib., p.37). O mal seria unicamente, na leitura de Agamben, a reação inadequada frente a este demoníaco, “o nosso recuar amedrontados diante dele para exercer – fundando-nos nessa fuga – um poder de ser qualquer”. O mal não seria impotência ou potência de não ser, senão nesse sentido secundário:



fugindo diante da nossa impotência ou, na verdade, tentando servir-nos dela como de uma arma, construímos o maligno poder com o qual oprimimos aqueles que nos mostram a sua fraqueza; e faltando com a nossa íntima possibilidade de não ser, declinamos da única coisa que torna possível o amor. (id., ib., p.38)

Note que, para Agamben, a criação, a existência, não seria “a luta vitoriosa de uma potência de ser contra uma potência de não ser”, mas “antes, a impotência de Deus frente à sua própria impotência, o seu, podendo não não-ser, deixar ser uma contingência” (id., ib., p. 38). Daí que não poderíamos opor o caráter inocente e angelical das figuras de Kafka, Walser e, por iluminação posterior, da figura do próprio Bartleby à onipotência divina, mas à tentação. O demoníaco aqui não seria um tentador, “mas um ser infinitamente suscetível de ser tentado”. Argumento em que Eichmann, “isto é, um homem absolutamente banal, que foi tentado para o mal exatamente pelas potências do direito e da lei” (id., ib., p. 38) surge como a confirmação e marca da vingança de nosso tempo contra os inapetentes, ineptos e oprimidos, assim das escrituras que tentaram cavar a fresta em que esses anjos passariam.

Se “de início Bartleby produziu uma quantidade extraordinária de cópias” e como “se estivesse faminto de algo para copiar, ele parecia refestelar-se” nos documentos de seu patrão, logo esse apetite se revelaria na mais enlouquecedora negação. Observa o próprio Melville que o “prefiro não” e a variação “eu preferiria não” (assim como as formas mais extensas, mas não menos enigmáticas, “preferiria deixar as coisas como estão”, “preferiria não trabalhar num balcão”, “eu preferiria fazer outra coisa” ou “prefiro não fazer qualquer mudança”) vertem loucura para dentro da linguagem. O advogado e chefe do escrevente não está convicto que possui a razão. Escreve Melville:

Não são raros os casos em que o homem, quando subjugado de forma violentamente irracional e sem precedentes, passa a desacreditar de suas mais profundas convicções. É como se por incrível que lhe parecesse, ele começasse a aceitar como premissa o fato de estar alijado de toda razão e justiça. Assim, encontrando entre possíveis testemunhas pessoas dotadas de juízo imparcial, a elas ele recorre para o reforço do que em seu pensamento vacila. (MELVILLE, 2014, p. 30)

### **3. Dispositivos e desatenção**

Como uma progressiva incorporação do ato de ver - não mais centrado no olho, no olhar fixo monocular, no paradigma clássico da representação - e de que maneira a



impossibilidade de pensar o observador e a atenção - não mais sobre as bases do imediatismo, presença ou interrupção - se articulam com o problema da negatividade, da inapetência e do tédio?

Em “Suspensões da percepção”, Jonathan Crary postula que na modernidade, precisamente nas últimas décadas do século XIX, é possível observar a emergência de uma nova visão, deste momento em diante constituída como uma das “camadas” de um corpo: a) capturável, modelável ou controlável por uma série ilimitada de técnicas e discursos, por potências reativas e fascistas interessadas em processos de subjetivação que o levem aos seus limites físicos em um primeiro momento industrial e eminentemente perceptual-mental no período posterior, pós-industrial; b) uma corporeidade também capaz de desejo, de erigir linhas de fuga, de habitar planos de imanência, de se desterritorializar frente às demandas de identificação, de “criar novas intensidades” à partir da mistura de elementos visuais à carne da audição, do tato e formas sensoriais em essência heterogêneas.

“A visão é apenas uma das partes de um corpo capaz de esquivar-se da captura institucional e de inventar novas formas de afetos e intensidades” (CRARY, 2013, p.27). Isto é, para Crary, se ao poder institucional importa que a “percepção funcione de tal modo a garantir que um sujeito seja produtivo, controlável e previsível, que seja adaptável e capaz de integrar-se socialmente” (id., ib., p. 29), não deixa de ser curioso que a descoberta de novos limites mais amplos da visão, em que a produtividade e a coesão viram-se ameaçadas, tenha gerado “uma indistinção volátil entre algumas ‘patologias’ recém-descritas como relacionadas à atenção e alguns estados criativos intensos, de profunda absorção e devaneio” (id., ib., p. 29). A atenção permitia ao observador chegar à sua própria percepção, mas também era um meio de captura dessa visão incorporada.

A inapetência e a depressão, o tédio e a preguiça, a vadiagem e o déficit de atenção são a fronteira literária – porque, digamos como Deleuze, toda sintomatologia é um tipo de literatura – desta nova clínica, espaço essencialmente ambíguo ocupado pela atenção (superando epistemologicamente problemas ligados à concepção subjetiva da visão, ao exemplo da percepção em termos de imediatismo, presença e interrupção; da possibilidade do acesso perceptivo direto à autopresença; da contemplação ou absorção). “O meio pelo qual o observador individual poderia transcender as limitações subjetivas e tornar *sua* a percepção, mas também um meio de tornar o observador suscetível ao controle e à cooptação de agentes externos” (id., ib., p. 29) Em outras



palavras, Crary deseja desenvolver o problema da atenção para “questionar a pertinência de isolar a contemplação ou absorção esteticamente determinada” (id., ib., p. 30), uma vez que o que no mesmo momento em que a lógica do capital, dinâmica, começa a enfraquecer “de maneira drástica qualquer estrutura estável e durável da percepção” (id., ib., p. 35), essa lógica tenta impor um “regime disciplinar da atenção” determinado por um ambiente tecnológico moderno, especialmente estruturado sobre novas e instáveis formas de espetáculo como o cinema, a fotografia e a televisão. (id., ib., p. 35)

Um regime de atenção e distração recíprocas gerada pelo capital e seus “processos de troca e circulação acelerados” (id., ib., p.53) nos lança na esfera do tédio. Não é afinal dessa “transição desobstruída e fluida do valor de uma forma à outra” (MARX in CRARY, ib., p.33) assim com da origem de algo a partir de seu oposto, como “o racional do irracional, o sensível do morto, o lógico do ilógico, a contemplação desinteressada do desejo cobiçoso, a vida para o próximo do egoísmo, a verdade dos erros” (NIETZSCHE in CRARY, ib., p.33) do qual fala o entediado Bernardo Soares nessa passagem particularmente pendular do “Livro do desassossego”?

O tédio... Pensar sem que se pense, com o cansaço de pensar; sentir sem que se sintam, com a angústia de sentir; não querer sem que se não queira, com a náusea de não querer – tudo isto está no tédio sem ser o tédio, nem é dele mais que uma paráfrase ou uma translação. É, na sensação direta, como se de sobre o fosso do castelo da alma se erguesse a ponte levadiça, nem restasse, entre o castelo e as terras, mais que o poder olhá-las sem as poder percorrer. Há um isolamento de nós em nós mesmos, mas um isolamento onde o que separa está estagnado como nós, água suja cercando o nosso desentendimento. (PESSOA, 2006, p.265)

Portanto a enunciação da verdade em torno de gestos de recusa, de inapetência, de prostração, em torno da melancolia, do tédio, de algum tipo de vagabundagem, da desmotivação, em torno do gesto da não atitude, da atuação do não-ato, em torno dos modos “criativos do transe, desatenção, devaneio e fixação” (CRARY, ib., p. 104) não se dariam nem se poderiam dar senão agenciados às “tecnologias do tédio”, estas encadeadas em uma rede mecânica ligada “ao trabalho, à comunicação e ao consumo de eletrônicos” (id., ib., p. 103) que aboliu definitivamente a separação entre trabalho e lazer nas últimas décadas e determinou a maneira como habitamos o tempo. Para Crary, sistemas telemáticos e informáticos simulariam a possibilidade de divagações e derivas, “mas na verdade constituem modos de sedentarização, de separação, em que a recepção dos estímulos e a padronização da resposta produzem uma mistura sem precedentes de



atenção difusa e quase automatismo, que pode ser mantida por períodos longos” (id., ib., p. 104).

Nesse sentido, afirma que nesses ambientes tecnológicos há um decréscimo da importância atribuída ao saber se um sujeito desempenha uma atenção consciente ou apenas reproduz padrões mecânicos autorreguláveis. O estado absorto ensejado pelo automatismo nada diria respeito a uma “interiorização” do sujeito, não se podendo realizar assim tão claramente uma separação entre atenção e desintegração perceptiva. Cray rompe com algumas hipóteses formuladas por Georg Simmel, Walter Benjamin, Sigfried Kraucauer e Theodor Adorno para quem “a percepção distraída era fundamental para qualquer subjetividade moderna.” (id., ib., p. 72) O autor afirma que a palavra *Zerstreuung* aparece em diversas análises críticas associadas à teoria kantiana do conhecimento, definindo “uma dispersão ou disseminação das percepções, fora de qualquer síntese necessária, percepções que ‘apenas seriam um jogo cego de representações, isto é, menos que um sonho’”. (id., ib., p. 73) Essas obras analisavam a modernidade, ou seja, os novos processos de subjetivação produzidos por novas tecnologias, por novas organizações urbanas e novos fluxos econômicos, a partir do modelo da fragmentação e da destruição que teriam fraturado formas pré-modernas de “completude e integridade” (id., ib., p. 73). Para estes autores, é comum falar em decréscimo, decadências, embotamento ou paralisação da capacidade de percepção do homem. Simmel descreveu já na virada do século “como a vida urbana moderna era ‘uma rápida e contínua movimentação de estímulos externos e internos’ e contrastava com ‘o ritmo mais lento, usual e de fluxo mais suave da fase sensorio-mental’ da vida social pré-moderna”. (id., ib., p. 73)

O ponto de vista de que a distração era produto da decadência se sobrepôs à ideia de que a fragmentação portava as chaves do desmonte dos valores artísticos tradicionais e que seria a linha de fuga de uma arte burguesa falida. A “atrofia” da percepção indicaria a “deterioração integral da experiência”, como uma percepção que teria estado “‘presa no estado infantil’ e na qual a ‘concentração’ profunda não é mais possível”. (id., ib., p. 73-74)

Para o poeta Rilke, que escreveu no início do século XX, a atenção autêntica era o resquício raro e precioso de um ideal perdido de absorção artesanal do trabalho, agora relegado às margens de um mundo mecanizado cheio de rotinas. Para Rilke, o escultor Rodin encarnava “o homem atento a quem nada escapa, o amante que recebe continuamente, o homem paciente que não conta o tempo e não pensa em querer a coisa seguinte. Para ele, a única coisa que existe é sempre

aquilo que ele vê e seu entorno, o mundo em que tudo acontece (...) e este modo de ver está tão fixado em si porque ele o adquiriu como artesão” (id., ib., p. 74)

A proposição de Crary é exatamente oposta. A distração moderna não seria uma ruptura com “tipos estáveis e naturais de percepção contínua” (id., ib., p. 74), mas um efeito da tentativa de produzir estados não distraídos em sujeitos. Ainda que Benjamin tenha sugerido que “disrupção inerente ao choque e à distração traz a possibilidade de novos modos de percepção” (id., ib., p. 74), o mesmo Benjamin “sempre pressupunha uma dualidade fundamental, em que a contemplação absorta, purificada dos estímulos excessivos da modernidade, era o outro termo”. (id., ib., p. 74) Para Crary distração e concentração não se estabelecem como polos opostos, mas como um *continuum* “no qual as duas fluem incessantemente de uma para outra, como parte de um campo social em que os mesmos imperativos e forças incitam ambas”. (id., ib., p. 75)

#### 4. Veneza sem fantasmas

O que afinal procura o turista que passa por Veneza como um autômato servidor de suas própria câmeras? Sabe ele que nada vê, que faz mover sua dessubjetivação mais adiante, que apenas performatiza a nulidade da “experiência” justamente onde imagina fazer o contrário? Não se trata de imagens perfeitas do “divertimento” e da impossibilidade de despertar do tédio no diagrama do capitalismo tardio?



Martin Parr

ITALY. Venice. Piazza St. Marco. A tourism guide holds up an umbrella. 1994.

ITALY. Venice. Basilica San Marco. From 'Small World'. 1989.

“Veneza já não é um cadáver”, defende Agamben em seu ensaio “Da utilidade e dos inconvenientes de viver entres espectros”, editado no Brasil pela revista Serrote ao



lado de ensaio de Martin Parr sobre o turismo na cidade. Se de algum modo a cidade italiana ainda parece existir, afirma Agamben, é somente tendo passado ao estádio que se segue à morte e à decomposição do cadáver, que é o estádio do espectro. Uma cidade como um morto que aparece de súbito, durante as horas noturnas, rangendo e enviando sinais. (AGAMBEN, 2010, p.85).

Espectros são justamente feitos de signos, de marcas, argumenta o filósofo italiano, “nomes cifrados ou monogramas que o tempo risca sobre as coisas. Um espectro traz sempre consigo uma data, e é, assim, um ser intimamente histórico” (id.ib., p.85). São estas marcas, em geral nas velhas cidades, que o *flâneur* lê como que *distraidamente* no decorrer das suas derivas e dos seus passeios. “Por isso as más obras de restauro, que embalam e uniformizam as cidades europeias, apagam suas marcas, tornam-nas ilegíveis” (id., ib., p.101).

E por isso cidades – e de maneira especial Veneza – parecem-se com os sonhos. No sonho, com efeito, cada coisa faz sinal àquele que a sonha, cada criatura sua exhibe uma marca, através da qual significa mais do que tudo o que os seus traços, os seus gestos, as suas palavras alguma vez poderiam exprimir. No entanto também quem tenta obstinadamente interpretar os seus sonhos está algures convencido que eles nada querem dizer. Assim na cidade tudo o que aconteceu naquela calçada, naquela praça, naquela rua, naqueles alicerces, naquela rua de lojas, de repente condensa-se e cristaliza numa figura, ao tempo lábil e exigente, muda e amistosa, intensa e distante. Essa figura é o espectro ou o gênio do lugar. (AGAMBEN, 2010, p. 102)

Os venezianos não sabem nem podem amar Veneza, porque o morto é um objeto de amor exigente, diante do qual estamos sempre em fuga e distraídos, afirma Agamben. Preferem os venezianos fingir que está viva. Cobrindo-lhe seus “membros delicados com máscaras e maquilhagens para se poder exhibi-la contra o pagamento aos turista” (id., ib., p. 101).

A espectralidade é uma forma de vida, argumenta Agamben. “Uma vida póstuma ou complementar, que começa apenas quando tudo acabou e que tem, por isso, perante a vida, a graça e a astúcia incomparável do que se consumou, a elegância e a precisão de quem mais nada tem diante de si” (id., ib., p. 102). Contudo há uma espectralidade de outra ordem, defende o filósofo, a que se pode chamar “larvar ou larvada, que nasce da não-aceitação dessa condição, levando a recusá-la e a simular a todo custo um peso e uma carne” (id., ib., p.102). As larvas não vivem sós. Procuram os homens que lhe geraram a partir de uma “má consciência”: sujeitos dessubjetivados. “Enquanto a primeira espécie de espectros é perfeita, porque já nada tem a acrescentar



ao que faz ou disse, as larvas têm de simular-se um futuro para darem lugar, na realidade, a um despeito obsessivo perante o seu passado” (id. ib., p.).

Para Agamben há proximidade entre uma língua morta e Veneza. Língua espectral, na qual não se pode falar, mas que “vibra e acena e sussurra”. Segundo o filósofo essa relação com os espectros é um emblema da modernidade.

O nosso tempo não novo, mas *novíssimo*, isto é, último a larvar. Concebeu-se como pós-histórico e pós-moderno, sem suspeitar que assim se atribuía necessariamente a uma vida póstuma e espectral, sem imaginar que a vida do espectro é a condição mais litúrgica e inacessível, que impõe a observância de regras de saber-viver intransigentes e litânias ferozes. Daí a falta de rigor e intransigência das larvas entre as quais vivemos. Todos os povos e todas as línguas, todas as ordens e todas as instituições, os parlamentos e os soberanos, as igrejas e sinagogas, os arminhos e as togas deslizaram uns após outros, inexoravelmente, passando à condição de larvas, mas, por assim dizer, impreparados e sem atenção deliberada. Assim os escritores escrevem mal, porque têm que fingir que a sua língua está viva, os parlamentos legislam em vão, porque têm de simular uma vida política à larva nação, as religiões são desprovidas de piedade, porque já não sabem abençoar e habitar as sepulturas. (id., ib., p. )

O que procuram os turistas? Poderiam eles escutar os sussurros dessa cidade? Para Agamben nem aos venezianos nem aos turistas esses espectros poderiam aparecer. Veneza e suas marcas estão apenas à comunidade que vem: os desprovidos de poder e os não comandados por esse larvar. Mendigos, ratazanas e a poucos que como exilados procuram meditar a fundo a sua esquiva lição.

Qual seria a “luz menor” capaz de capturar os fantasmas, as marcas, de uma cidade? De qual gestos fotográficos estamos falando? Qual é a relação dessa “fotografia menor” e não larvar com o tédio? De que maneira ela se relaciona com os estados distraídos e não atentos engendrados pelos dispositivos modernos?

### Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Bartleby, escrita da potência*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Potentialities*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007c.

\_\_\_\_\_. *O aberto: o homem e o animal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013a.



\_\_\_\_\_. A comunidade que vem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013b

\_\_\_\_\_. “Da utilidade e dos inconvenientes de viver entres espectros” in Serrote. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2010. V.6

CRARY, Jonathan. *Suspensões da percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna*. São Paulo: Cosac Naify: 2013.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997.

HEIDEGGER, Martin. *Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude, solidão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MELVILLE, Herman. *Bartleby, o escrivão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

\_\_\_\_\_. *Bartleby, o escrevente*. São Paulo: Grua, 2014

PESSOA, Fernando. *O livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.